

Novos desafios nas relações Europa-América

Fuzeta da Ponte*

A o abordar-se o tema das relações Europa-América na área da segurança no momento actual, o grande e primeiro desafio que, quanto a nós, deve ser encarado é o que se relaciona com a designada «opção zero», por alguns apelidada de «zero-zero» ou «super-zero».

Quando, após a célebre cimeira de Reykjavik, Mikhail Gorbatchev propôs um acordo separado sobre mísseis de médio alcance, iniciou certamente um novo ciclo na história das negociações do desarmamento. O líder soviético devolveu assim ao Ocidente a «opção zero», inicialmente proposta por Ronald Reagan, em 28 de Fevereiro de 1981, aproveitando habilidosamente para perturbar as não fáceis relações entre os Estados Unidos e os seus aliados europeus e assumir a liderança mundial da defesa da paz.

Tal acordo, entretanto firmado em Washington, representa um excelente negócio para a URSS, dado que, por um lado, a presença dos euromísseis norte-americanos na Europa corporiza a ameaça de os Estados Unidos atingirem o território soviético sem se exporem directamente; por outro lado, não tendo funcionado a sua manobra de congelamento da iniciativa de defesa estratégica americana (IDE) em Reykjavik, Gorbatchev necessita, simultaneamente, de desviar recursos para encontrar resposta a esse desafio e, ainda, proceder à modernização da debilitada economia soviética. Usando as suas palavras: «A nossa política internacional é cada vez mais condicionada pela nossa política interna... [que exige]... uma paz duradoura e relações internacionais construtivas e estáveis»¹.

Por outro lado, é opinião de muitos que, no que respeita aos Estados Unidos, o acordo foi claramente conduzido por considerações políticas domésticas de curto prazo, das quais se poderá destacar a necessidade pessoal de Ronald Reagan tentar recuperar a sua imagem, em franca deterioração na fase final do seu segundo mandato.

Em que consiste a «opção zero»? O seu conteúdo é muito simples: Washington retira da Europa todos os seus mísseis de curto e médio alcance, isto é, entre 500 e 5500 Km (INF) e Moscovo fará o mesmo num período de 5 anos. Anteriormente à assinatura do acordo, estiveram em discussão as seguintes armas²:

* Vice-almirante.

EUA – 108 mísseis Pershing II

464 mísseis de cruzeiro

URSS – 270 mísseis SS-20

112 mísseis SS-4, que estão a ser substituídos por SS-20.

Note-se que a situação actual na Europa era bastante favorável à URSS, pois esta contava com 922 ogivas (270 x 3 + 112) contra somente 316 dos Estados Unidos, instaladas em diversos países europeus, do total de 572 cuja instalação fora decidida. A URSS conservava um elevado potencial de armas de curto alcance (cerca de 900 km) SS-21, 22 e 23 que ameaçavam todo o continente europeu, com excepção de Espanha e Portugal³ e contava com 171 mísseis SS-20 na Ásia⁴.

A «opção zero» não condiciona o desmantelamento ao abandono do programa IDE americano, nem engloba as forças nucleares francesas e inglesas. Manifesta, finalmente, abertura nas questões de verificação do acordo, sob a forma de vistorias de surpresa no controlo recíproco de produção, armazenamento e locais de treino.

A posição europeia sobre as conversações entre americanos e russos foi, como de costume, dividida. Paris e Londres têm razões particulares para rejeitar um acordo deste tipo pois que, embora Gorbatchev tenha deixado de fora os seus arsenais nucleares, a retirada dos euromísseis soviéticos e norte-americanos poderá criar enormes pressões, capazes de originar-lhes, mais tarde ou mais cedo, um idêntico destino.

Depois de alguma hesitação e com algumas contradições, os alemães ocidentais apoiaram a perspectiva oferecida pela «opção zero», resolvendo, por um lado, favoravelmente, o difícil problema da supressão dos 72 Pershing 1A instalados no seu território mas, por outro, propondo, bilateralmente, a criação do eixo militar Paris-Bona, para reforço da sua segurança.

Em contrapartida, os responsáveis militares da NATO manifestaram algumas reservas, alegando essencialmente que a retirada das armas de curto e médio alcance poderá constituir um grave erro estratégico, uma vez que os soviéticos dispõem de uma considerável vantagem nas forças convencionais e químicas. O desmantelamento poderá portanto ser desestabilizador e encorajar um conflito não nuclear, para o qual a NATO ainda não está preparada.

É esta a razão que levou, em tempo, o general Rogers, ex-SACEUR, a afirmar que não deveria ser assinado acordo nenhum sobre mísseis de médio alcance sem um acordo paralelo nas armas de curto alcance, nas armas químicas e no armamento

convencional. Caso contrário o Ocidente ficaria numa posição pior do que em 1979, quando foi tomada a decisão de posicionar armas de médio alcance na Europa⁵.

Recordo porém que, após concretização do acordo de Washington, para além das armas nucleares de teatro (TNF Theater Nuclear Forces), a NATO ainda dispõe de aviões bombardeiros F-111 e outros aviões embarcados em porta-aviões americanos, capazes de atingirem, com cargas nucleares, alvos da União Soviética, bem como de mísseis de cruzeiro lançados por submarinos americanos (armas INNF – Intermediate Navy Nuclear Forces), que continuam a proporcionar dissuasão nuclear contra ataques por forças convencionais soviéticas.

A Europa encara com extrema apreensão a possibilidade de a «opção zero» vir a acentuar, ainda mais, o perigo da separação («*decoupling*») entre ela e os Estados Unidos em matéria de defesa, dado que a presença dos euromísseis americanos em solo europeu é encarada como o principal símbolo do próprio empenhamento dos Estados Unidos na defesa do Velho Continente.

Esta preocupação vem de resto juntar-se aos receios suscitados pela IDE americana e segundo os quais os Estados Unidos estariam, cada vez mais, exclusivamente preocupados com a defesa do seu próprio território. Tais receios não se afiguram de todo infundados, na medida em que, em artigo publicado no *Washington Post*, o antigo Secretário de Estado Henry Kissinger alerta para a possibilidade de o projecto de acordo sobre os mísseis de médio alcance representar um «primeiro passo» para desligar a defesa da Europa dos Estados Unidos⁶. Kissinger preconiza ainda uma redução de forças norte-americanas estacionadas na Europa. Zbigniew Brzezinski, antigo conselheiro de segurança do ex-presidente Carter, foi mais específico, incitando os Estados Unidos a retirarem 100 mil homens⁷.

Outros defensores desta linha se poderiam também citar, tais como o senador democrata Sam Nunn e o professor da Universidade de Nova Iorque Melvin Krauss, autor de um livro, intitulado *How NATO weakens the West*, onde se defende uma retirada total das tropas norte-americanas da Europa e o abandono puro e simples da NATO.

O então Secretário-geral da NATO, Lord Carrington, que se deslocou a Atlanta para, perante os membros do Southern Center for International Studies, defender a continuação da presença militar norte-americana na Europa Ocidental, insurgiu-se contra tal corrente de pensamento, tendo declarado que «a União Soviética possui um imenso poder militar, [e até] que haja provas evidentes de uma efectiva redução desse poder, será uma loucura criminosa confiar apenas em boas intenções».⁸

Esta corrente de pensamento americano, que abrange quer sectores democratas quer sectores republicanos, tem, entre outras, as seguintes razões identificáveis:

1. Os americanos estão convencidos de que a assistência crónica à Europa é nefasta, reduz a independência e a determinação própria. A sua cessação obrigaria os europeus a unirem-se e a assumir as suas responsabilidades. Aliás, já Charles de Gaulle, seis meses após a criação da NATO, declarou que «[ela] elimina a vontade de construir a nossa defesa nacional».⁹
2. Os americanos consideram que a Europa tem, potencialmente, todos os elementos para se defender. Há 239 milhões de americanos, 277 milhões de soviéticos e 322 milhões de europeus. Não são os recursos que faltam, mas sim as vontades interiores.¹⁰
3. A retirada da Europa permitiria poupar muito dinheiro. Mervin Krauss argumenta, por exemplo, que a participação dos Estados Unidos na NATO custa entre 130 e 150 mil milhões de dólares anuais. Utilizando a expressão curiosa do inglês Michael Chichester, «a Europa não pode esperar que esta generosidade estratégica continue eternamente».¹¹
4. A importância estratégica da Europa estaria em declínio. Zbigniew Brzezinski chama a atenção para os problemas militares com que os Estados Unidos se confrontam noutras regiões do mundo, especialmente no golfo Pérsico e no Sudoeste Asiático e que problemas de outras regiões, como a América Central, são mais prementes. A redução das tropas americanas estacionadas na Europa permitiria reagir mais facilmente á contingências que pudessem surgir noutros locais. Finalmente, o volume de comércio americano com a região do Pacífico ultrapassou largamente o volume do comércio com a Europa.¹²

Podem, evidentemente, rebater-se algumas das razões expostas. Com efeito, poderá afirmar-se que a retirada das tropas americanas poderia ser encarada como um passo gigantesco no sentido do desarmamento unilateral, sem precedentes nos últimos 30 anos, se fossem desmobilizadas após o seu regresso à América. Poderá lembrar-se que as tropas soviéticas estacionadas às portas da Europa são as mais numerosas e eficientes e as mais bem treinadas e que foram reforçadas e não reduzidas.¹³ Poderá ainda chamar-se a atenção para que, ao contrário de uma ideia falsa muito divulgada, os europeus têm já uma participação importante no sistema de defesa da NATO; são eles, efectivamente, que contribuem com 90 % das forças terrestres, 75% das forças navais e 50% das forças aéreas da Europa Ocidental.¹⁴

O *decoupling* entre a defesa dos Estados Unidos e a Europa é um problema realmente sério e que, neste momento, coloca um dos maiores desafios ao mundo ocidental na área da segurança. O diálogo entre parceiros dos dois lados do Atlântico continua. É necessário encontrar uma solução que não tenha por desfecho aquilo que muitos designam por «finlandização da Europa Ocidental».

Qualquer solução passará porém, sem qualquer espécie de dúvida, pela reafirmação crível da vontade de defesa europeia vis-a-vis o seu parceiro transatlântico e pela animação de instituições que permitam pôr em prática essa vontade expressa. O que está também em causa é precisamente a capacidade de criar um aparelho institucional activo que permita unificar os meios de resposta aos desafios de vária natureza que atingem, em comum, os europeus.

Institucionalização da segurança europeia

Quando, na reunião realizada em Abril de 1987 da Federação dos Partidos Liberais, Democráticos e Reformistas, Simone Veil afirmou que «sem uma vontade de defesa não haverá uma verdadeira Comunidade Europeia»¹⁵ ela levantou realmente o duplo problema que atrás referimos. Este radica-se no facto de as instituições europeias, criadas a partir da última guerra, assentarem num quadro político em que a questão da defesa foi dada por resolvida, não sendo pedido mais às nações europeias que o seu empenhamento nas estruturas da NATO. E, aí, a última palavra, por força dos meios disponíveis, cabia aos Estados Unidos.

A Europa Ocidental tem debatido basicamente em duas instâncias diferentes e incomunicáveis as suas acções no domínio da segurança: a Aliança Atlântica (NATO) e a União da Europa Ocidental (UEO). Não o tem feito na CEE, dado que se trata de uma construção institucionalizada para o domínio económico, que tende para a integração política mas que, aparentemente, não prevê a área militar.

Quanto à NATO, trata-se de uma aliança de dezasseis países que se compõe de um parceiro dominante (os Estados Unidos) e de quinze parceiros bastante mais fracos, donde resultam necessariamente distorções evidentes. Deveríamos participar numa aliança atlântica reforçada, com parceiros iguais e não assistidos, com dois pilares fortes e equilibrados: o americano e o europeu.

Mas a verdade é que somos nós, os europeus, os mais vulneráveis, pois se uma guerra deflagrasse entre os blocos, um teatro inevitável seria o europeu.

Assim, a Europa Ocidental terá que pensar em organizar-se por forma a poder

resolver conjuntamente todos os seus problemas, em particular o da sua própria defesa, lançando as iniciativas políticas necessárias à obtenção dos acordos indispensáveis à satisfação de alguns objectivos prioritários por resolver, tais como a defesa da área da NATO por forças predominantemente europeias; adopção de posição comum quanto ao desarmamento nuclear; adopção de medidas políticas e económicas dentro da própria CEE tendo em vista sustar o declínio das respectivas marinhas mercantes e a criação de um processo de mobilização rápida de meios humanos e de navios em casos de emergência. Por outro lado, as nações da Europa Ocidental necessitam alcançar urgentemente um acordo político sobre a questão delicada da defesa comum dos seus interesses fora da área NATO. Sem este acordo os mal-entendidos com os Estados Unidos continuarão e, com eles, a tendência para cavar a sua separação.

Como actuar então para institucionalizar a segurança europeia?

Entre as soluções mais exequíveis e debatidas recentemente destacam-se duas, que passaremos a abordar com maior detalhe.

Primeira solução. Um projecto a doze, como sugere Jacques Delors.

Numa conferência de imprensa sobre as comemorações do trigésimo aniversário da assinatura do Tratado de Roma, Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, propôs a realização de uma cimeira extraordinária dos chefes de Estado e de governo dos Doze sobre a segurança europeia. «A importância e a gravidade das propostas de Gorbatchev sobre o desarmamento – com consequências a todos os níveis – exigem que a Comunidade Económica Europeia reflecta sobre o assunto», disse ele.¹⁶ Para fundamentar a sua opinião J. Delors afirmou que o Acto Único diz que as questões sobre segurança devem ser discutidas no âmbito da cooperação política entre os países membros da CEE. Acrescentou ainda que «a questão é a de se saber se a Europa quer continuar a ser um espaço de liberdade... ou transformar-se num continente sem defesa».¹⁷

A ideia da segurança a doze, no âmbito da CEE, tem vários defensores que, como J. Delors, apontam a falta da componente essencial da defesa comum e da respectiva estratégia.

Segundo o inglês Michael Chichester, a NATO foi essencialmente criada para institucionalizar o comprometimento dos Estados Unidos na defesa da Europa contra um acto agressivo do Pacto de Varsóvia. «O fortalecimento do pilar europeu, estabelecendo uma política e estratégia comuns, bem como uma defesa europeia mais intimamente coordenada, independente e própria, requer uma nova organização

política militar no âmbito da CEE.»¹⁸

Uma alternativa a esta solução seria o alargamento da UEO e a sua reanimação. Tal é o conceito defendido pelo presidente do conselho e ministro belga dos Negócios Estrangeiros, Leo Tindemans, para o qual a UEO é realmente o fórum ideal para a discussão das matérias de segurança europeia.

Em resumo, esta solução defende a tese segundo a qual a CEE ou a UEO alargada devem surgir no plano mundial com uma voz autónoma que lhes permita discutir, em pé de igualdade, com as superpotências, problemas de segurança que lhe dizem respeito e dos quais ela tem andado afastada em termos de decisão.

Segunda solução. Fortalecimento do pilar europeu dentro da própria Aliança Atlântica. O Eurogrupo ou a UEO alargada.

Esta solução, embora preveja igualmente um fortalecimento e maior unidade da Europa na área da segurança, não a coloca numa posição de tanta autonomia, privilegiando ainda uma profunda ligação aos Estados Unidos. «É necessário acentuar que os Estados Unidos e a Europa Ocidental pertencem à mesma família, desempenhando o Eurogrupo da NATO um papel vital no diálogo transatlântico», diz-nos Hans Engell, Presidente do Eurogrupo e Ministro da Defesa da Dinamarca. «Através deste organismo a Europa pode apresentar uma voz coesa, dispondo de um instrumento que permitirá ao público americano tomar consciência dos esforços europeus na defesa comum»¹⁹.

A ideia da ligação profunda dum Europa forte à NATO é também defendida por Simone Veil que afirma que «o tratado do Atlântico é uma realidade política que não se pode esquecer. Falar em autonomia de defesa europeia não serve os interesses europeus... o problema da defesa passa pela NATO»²⁰.

Para além do Eurogrupo, uma UEO alargada, seguindo as conclusões por si tiradas em Bona em 1985 – que só dentro da NATO ela poderia representar a dimensão europeia de segurança, por não existir defesa com credibilidade fora dela – poderá igualmente alcançar o objectivo apontado.

A posição oficial portuguesa conhecida parece-me ser mais próxima da segunda solução. Com efeito, o nosso deputado ao Parlamento Europeu Fernando Condesso, diz-nos, a propósito, ser necessária «uma instância onde os aspectos políticos-económicos e os aspectos técnico-militares possam ser tratados conjuntamente de modo a que, com uma só voz, como um pilar, se apresente no seio da NATO contribuindo em força para as opções colectivas.»²¹

O primeiro-ministro Cavaco Silva recusa para a Europa quer o neutralismo quer a atribuição de um papel de terceira via entre as duas superpotências. Como afirmou em Berlim: «A NATO é um pilar imprescindível no plano da defesa... Entendemos que a construção da Europa do futuro, que todos ambicionamos, não pode ceder a quaisquer tentações neutralistas de formar uma terceira via entre as duas superpotências, antes de avançar na sua integração, conjugando esforços com os Estados Unidos».²²

Opção nuclear *versus* opção convencional

Alguns dos desafios colocados no diálogo Europa-América têm como base as diferentes percepções que os seus povos têm da ameaça que para eles constitui a União Soviética.

Segundo Jonathan Dean, conselheiro para a limitação dos armamentos²³, na opinião predominante na América, na Administração e talvez na maioria do povo americano, a União Soviética é uma potência expansionista sempre que as circunstâncias o permitem, embora suficientemente realista para suspender as suas ambições temporariamente quando as circunstâncias assim o exigirem, tal como na Europa, voltando à carga logo que possível. Nesta percepção das intenções soviéticas, a Europa Ocidental continua a estar ameaçada por um ataque militar soviético potencial que surgirá se a NATO baixar a sua guarda.

A percepção diferente de muitos europeus, incluindo alguns líderes políticos, é que, pelo menos militarmente, a União Soviética é uma potência defensora do *status quo* na Europa defende-se se atacada, pode actuar irracionalmente em certas circunstâncias, mas não tomará a iniciativa de um ataque ofensivo deliberado contra a Europa Ocidental com o propósito de conquista e ocupação. Ataque tanto mais improvável quanto se os soviéticos atacassem para ganhar o controlo das riquezas produtivas europeias, esse objectivo seria muito provavelmente frustrado pela imensa destruição, quer a guerra fosse ganha ou perdida.

Para muitos europeus, ainda, a confrontação militar leste-oeste já passou o seu ponto alto, politicamente se não militarmente, e está em declínio, se bem que se admita que a URSS usará todos os seus meios para conseguir influência política na Europa Ocidental e vice-versa.

Esta aparente despreocupação europeia justificará a tendência contínua para um apoio decrescente nos seus orçamentos militares, restrições unilaterais no papel das

armas nucleares e fricção com os Estados Unidos, que poderá levar os americanos ao unilateralismo – que já começou a dar os sinais que atrás apontámos, ao tratar do perigo de separação entre os dois continentes.

É ainda a diferente percepção dos europeus, face à destruição brutal que a guerra lhes traria, que os tem levado a adoptar na NATO um planeamento conducente a uma guerra de curta duração, ligada principalmente ao cenário da frente central alemã (FC) e à aplicação rígida da actual doutrina da resposta flexível.

De facto, tendo travado uma guerra terrivelmente destruidora há cerca de 40 anos, os europeus ocidentais parecem estar determinados a não repetir a experiência. As armas nucleares, porque arriscam o suicídio mútuo das nações, tomadas foram como o garante de uma «não guerra». Daí que muitos destes europeus tomem a guerra convencional somente como um meio de legitimar o uso das armas atómicas.

De acordo com este ponto de vista, o papel das centenas de milhares de tropas aliadas estacionadas na Alemanha Ocidental, sujeitas ao impacto da agressão soviética, é polarizar as emoções das 16 nações da NATO, tornando crível o recurso desesperado do Ocidente às armas nucleares, em primeiro uso.

Desta forma, os proponentes desta teoria de «só-dissuasão/não-guerra», encaram qualquer planeamento para uma defesa convencional da Europa como perturbador dessa dissuasão, uma vez que enfraquece o suposto recurso automático às armas nucleares.

Segundo esta teoria, as forças convencionais da NATO deverão ser apenas suficientemente fortes para oferecer uma defesa que evite um rápido *fait accompli* originado num *blitzkrieg* do Pacto de Varsóvia. Uma vez que todo o Ocidente está profundamente comprometido, o recurso à guerra nuclear torna-se crível.²⁴

É defensora desta opinião Margaret Thatcher que, durante a sua visita a Moscovo, afirmou que «... as armas convencionais não impediram duas guerras na Europa... Um mundo sem armas nucleares seria menos estável e mais perigoso para todos nós».²⁵ Porém a «só-dissuasão» baseada no «terror nuclear» vai sendo cada vez menos aceite em todo o mundo.

De facto, o acordo de Washington veio reacender o debate e a esperança de um mundo sem dissuasão nuclear e, portanto, dar novo ímpeto ao reforço da componente convencional do dispositivo NATO. Contudo, para que a dependência europeia do primeiro emprego das armas nucleares se vá atenuando, torna-se necessário assistir a uma mudança clara na atitude soviética, visando um decréscimo visível nas suas

opções ofensivas na Europa, por forma a que, alterada a anterior percepção da ameaça, a nova percepção vá contribuir para a mudança da vontade dos políticos e dos eleitorados europeus.

Para ilustrar opiniões do lado europeu citarei, por exemplo, duas conclusões extraídas pelo professor alemão Karl Kaiser a propósito do debate estratégico em curso:

1. Um mundo não nuclear não será exequível durante ainda um longo período, sendo porém imperiosa e possível uma mudança evolutiva na dissuasão nuclear.
2. Em face das tendências políticas de longo prazo entre as superpotências e das políticas internas das democracias ocidentais, uma mudança de ênfase do sector nuclear para o sector convencional é inevitável e desejável. O reforço da defesa convencional na Europa é um imperativo.²⁶

Sobre o assunto diz-nos ainda o embaixador dos Estados Unidos na Alemanha, Richard Burt: «Como se viu, está-se a reconhecer igualmente que é necessário reduzir a nossa dependência em relação ao armamento nuclear... Há, sem dúvida, um consenso crescente dos dois lados do Atlântico no sentido de que a defesa da Europa exige um reforço das forças convencionais da NATO»²⁷.

O lado americano é defensor de uma forte componente convencional, atribuindo aos europeus, como atrás referimos, uma posição de comodismo em que, sob a protecção nuclear americana, não se dispõem a despende muito na sua própria defesa. Sobre este assunto diz-nos o antigo responsável pelo Centro de Investigação Avançada do Naval War College, F. J. West:²⁸

1. A necessidade de desenvolver um conceito de guerra convencional é o ponto em apreço. Isto porque iniciar uma guerra atómica não é sensato do ponto de vista militar; o comprometimento total e cego dos Estados Unidos a tal princípio é suicida e portanto incrível, até porque aqueles que o advogam estão a fazê-lo para evitar pagar em tempo de paz aumentos modestos das suas forças convencionais.
2. Dada a enorme força nuclear soviética, o início de uma guerra nuclear pelo Ocidente, após reveses iniciais sofridos na área convencional, está-se tornando cada vez menos crível. O que se está tornando cada vez mais real é a fraqueza da economia soviética e a enorme força da economia dos Estados Unidos e das nações suas aliadas e amigas.
3. A opção convencional pressupõe uma guerra global e prolongada, o que

significa uma possível destruição na Europa. Daí que os europeus não a aceitem, preferindo refugiar-se na doutrina da «só-dissuasão», Contudo, uma postura convencional forte dos Estados Unidos e dos seus aliados é, sobretudo, um enorme reforço da dissuasão global, que a torna, assim, ainda mais crível.

4. E esse reforço de dissuasão é tanto maior quanto, ao planear-se uma guerra prolongada, a força mobilizadora das economias ocidentais deve entrar, com certeza, nos cálculos daqueles que tomam a decisão de iniciá-la. Os planeadores do Politburo tomarão certamente esse factor com muito peso.

O desequilíbrio entre o poder económico dos possíveis antagonistas é descrito abreviadamente por D. Dellinger desta forma: «...A grande aliança ocidental, constituída pela NATO e pelos aliados directos dos Estados Unidos na Ásia e Oceânia, Japão, Coreia do Sul e Austrália, entre outros, tem mais do dobro do número de habitantes que os países do Pacto de Varsóvia. O PIB desta aliança é talvez umas oito vezes superior ao bloco soviético. Só o PIB do Japão iguala já o da URSS... A Europa das Comunidades, com os seus 320 milhões de habitantes, deverá ter um PIB cerca de três a quatro vezes superior ao da URSS e seus aliados, os EUA têm um relação semelhante e o Japão iguala»²⁹.

Nota-se assim que, em resumo, existe um sentimento cada vez mais unânime no reforço da componente convencional das forças do Ocidente.

Ocupar-nos-emos, para terminar, com alguns aspectos da estratégia convencional que se têm vindo a desenvolver nos últimos anos, com especial ênfase na estratégia marítima.

A estratégia marítima

Diz-nos Stephen Flanagan que estudos conduzidos sob a direcção do SACEUR chegaram à conclusão de que a NATO poderia dispensar o recurso às armas nucleares se mantivesse um aumento de 4 % nas despesas com a defesa durante 10 anos.³⁰

Coincidente com a discussão desta proposta, o Exército e a Força Aérea dos Estados Unidos adoptaram a nova doutrina da «batalha ar-terra», tendo o SHAPE aperfeiçoado o sub-conceito «follow-one forces attack» (FOFA) ou «deep strike» (ataque em profundidade) que foi aprovado pela NATO em Novembro de 1984. Nesta ocasião, a percepção de superioridade aérea táctica aliada deu origem ao aproveitamento dessa

mesma superioridade contra os tanques soviéticos. As técnicas emergentes permitiriam à NATO localizar, desgastar e destruir as forças motorizadas soviéticas 100 a 300 milhas para a retaguarda da frente central, utilizando munições com aguiamento de precisão, lançadas principalmente de aviões tácticos e secundariamente por mísseis de curto alcance (INF) baseados em terra.

Trata-se, como se vê, de um conceito com uma dinâmica de defesa avançada, de carácter nitidamente ofensivo (se a URSS iniciar as hostilidades) e profundamente ligado à FC, preocupação dominante das forças terrestres e aéreas do SACEUR/SHAPE.

Gostaria de realçar neste momento que a discussão acerca da estratégia da NATO, nuclear ou convencional, em livros, artigos, televisão e programas de rádio, etc., centra-se geralmente na frente central da Europa. Fala-se em tanques, aviões, canhões e divisões blindadas, discute-se a FOFA. «Tudo isto», diz-nos o almirante inglês Gueritz, «é não só um sintoma de visão eurocêntrica, mas também uma falha na compreensão da natureza da Aliança Atlântica. O que é surpreendente é que [tantos] possam ignorar o facto da Aliança ser um grupo de nações ligadas em conjunto pelo mar... De facto, um mapa da área da NATO e, até mais, do enquadramento desta área no mundo, fornecerá um testemunho convincente do facto da Aliança não ter outra opção senão aderir a uma estratégia marítima».³¹

É justamente sobre a estratégia marítima, recentemente apresentada pelo Comandante das Operações Navais dos EUA almirante J. Watkins, que passarei a fazer alguns comentários.³²

Segundo os americanos, os melhoramentos constantes da capacidade militar soviética fizeram extravasar a ameaça à área NATO de um simples cenário da FC europeia, à possibilidade de uma acção ofensiva multi-dimensional contra não só todo o teatro terrestre europeu, mas também o seu espaço aéreo, águas costeiras e aproximações marítimas. «Os flancos são agora tão vulneráveis, senão mais, que a frente central. O poder marítimo é o principal meio para o seu reforço e defesa», diz-nos M. Chichester.³³

Esse poder marítimo deverá levar a cabo uma estratégia de natureza claramente ofensiva, com semelhanças com o conceito de ataque em profundidade da «batalha ar-terra». Para O'Rourke, a definição de profundidade foi porém alterada em relação à estratégia marítima da NATO: «A linha Groenlândia, Islândia, Reino Unido (<<GIUK gap») é agora menos importante que os próprios mares de Barents e da Noruega... Há assim uma nova ênfase nas águas do norte e as operações em teatros marítimos

distantes da FC europeia são agora encaradas como tendo um efeito potencialmente importante nessa mesma FC». ³⁴

Em virtude dos desafios estratégicos colocados aos interesses americanos terem aumentado no exterior da Europa (Pacífico, Índico, etc.), eles olham para todos os teatros à volta do globo e não somente para um campo de batalha europeu.

A estratégia marítima parte, portanto, de hipóteses diferentes da doutrina da FC NATO e do automatismo nuclear da sua teoria de «só-dissuasão». A estratégia marítima americana prevê a dissuasão apoiada em capacidade convencional, capaz de alcançar objectivos políticos, «e não em capacidade de alcançar o comprometimento emocional e intensidade de sacrifício que obrigue à iniciação duma guerra nuclear, sem calcular as suas consequências», nas palavras de F. J. West. Jr. ³⁵

A essência, afinal, da estratégia marítima é planejar para um conflito convencional global e prolongado, independentemente do sucesso que possa ocorrer na batalha inicial da FC europeia, isto é, na fronteira intergermânica.

No seu conceito prevê uma sequência de operações, organizadas em três fases distintas, com carácter marcadamente ofensivo, no pressuposto de que é preferível atacar em profundidade que defender uma «linha Maginot» tal como «GIUK gap». Tal postura tem a intenção de forçar os soviéticos a mover os seus submarinos balísticos nucleares para bastiões e protegê-los com os seus próprios submarinos nucleares de ataque e outras forças aeronavais.

A defesa das vitais linhas de comunicação marítima (LCM), indispensáveis ao reforço e reabastecimento da Europa, é assim planeada de forma ofensiva, remetendo as forças navais soviéticas à defensiva, junto às suas águas e desviando-as portanto das áreas que servem aquelas LCM aliadas.

Esta estratégia prevê pois o controlo dos mares, para dele tirar o efeito das possibilidades maciças de mobilização do Ocidente.

Mais duas características importantes desta estratégia marítima são de referir. A primeira é que o carácter ofensivo da condução das operações prevê o controlo do mar da Noruega nas primeiras semanas, ou meses, e a completa destruição das forças navais soviéticas, incluindo os seus submarinos balísticos nucleares. Este facto, ao fazer pender para o lado do Ocidente o equilíbrio nuclear, pode ter consequências importantes na obtenção de um possível cessar-fogo soviético.

A segunda é que a mera existência desta estratégia constitui, só por si, um reforço à dissuasão global, como atrás referimos. Na realidade, além de demonstrar uma forte

vontade de utilizar, de forma agressiva e prolongada, a reconhecida superioridade naval do Ocidente sobre o Pacto de Varsóvia, prevê na sua primeira fase a solução de pequenos conflitos logo à nascença, controlando as crises, evitando a escalada soviética e o perigo de guerra, mesmo fora da área NATO, onde o expansionismo soviético procura ganhar apoios e na qual não existe doutrina nuclear possível para resolução desses problemas, nem o empenhamento da NATO.

Finalizo realçando o desafio que a estratégia marítima constitui para o actual conceito de operações marítimas da NATO, de carácter mais defensivo, prevendo uma guerra curta e um cenário mais restrito.

É, enfim, um dos debates abertos entre os Estados Unidos e os seus amigos europeus.

Notas

¹ Santos Pereira, «Horizonte zero rompe na Europa», *Expresso*, 14 de Março de 1987.

² Jill Smolowe, «Let's make a deal», *The Times*, 16 de Março de 1987.

³ Frederik Painton, «Maggie in Moscow», *Time*, 13 de Abril de 1987.

⁴ Jill Smolowe, *idem*.

⁵ *Jane's Defence Weekly*, «USA wants short-range missiles to be discussed in the Treaty», 14 de Março de 1987.

⁶ Santos Pereira, *idem*.

⁷ Richard Burt, «EUA: porquê tropas estacionadas na Europa?» in *O Jornal*, 3 de Abril de 1987.

⁸ Paulo de Matos, «Lord Carrington: tropas dos EUA devem permanecer na Europa», in *O Jornal*, 3 de Abril de 1987.

⁹ Jimmy Goldsmith, «A hora de defesa europeia», in *Diário de Notícias*, 6 de Abril de 1987.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ Michael Chichester, «The Western Alliance», in *Navy International*, Jan. 87.

¹² J. Goldsmith, *ibidem*.

¹³ *Idem*.

¹⁴ Richard Burt, artigo citado.

¹⁵ Fernando Duque, «Segurança europeia passa pela NATO», in *O Comércio do Porto*, 3 de Abril de 1987.

¹⁶ *Diário Popular*, «Os doze devem discutir propostas de Gorbatchev», 20 de Março de 1987.

¹⁷ Idem.

¹⁸ M. Chichester, artigo citado.

¹⁹ Hans Engell, «*The security of Europe is based in cooperation*», in *NATO Review*, Dezembro 1986.

²⁰ Fernando Duque, artigo citado.

²¹ Fernando Condesso, «*A Europa sem política de defesa*», in *A Capital*, 16 de Março de 1987.

²² António Maria Pereira, «*O pensamento de Cavaco Silva em política externa*», in *Diário de Notícias*, 26 de Março de 1987.

²³ Jonathan Dean, «*Can NATO survive (relative) success?*», in *NATO Review*, Dezembro de 1986.

²⁴ F. J. West Jr., «*The maritime strategy. The next step*», in *Proceedings*, Janeiro de 1987.

²⁵ Frederick Painton, artigo citado.

²⁶ Karl Kaiser, «*The NA TO Strategy debate after Reykjavik*», in *NATO Review*, Dezembro de 1986.

²⁷ Richard Burt, artigo citado.

²⁸ F. J West Jr., «*Maritime strategy and NATO deterrence*», in *Naval War College Review*, Set/Out de 1985.

²⁹ D. Dellinger, «*Opção zero não enfraquece o Ocidente*», in *Diário de Notícias*, 28 de Março de 1987.

³⁰ Stephen Flanagan, «*Emerging tensions over NATO's conventional forces*», in *International Defense Review*, Janeiro de 1987.

³¹ E. F. Gueritz, «*NATO, the UK commitment and maritime strategy*», in *Navy International*, Abril de 1987.

³² J.D. Watkins, «*The Maritime Strategy*», in *Proceedings*, Janeiro de 1986.

³³ M. Chichester, artigo citado.

³⁴ Ronald O'Rourke, «*UK forward maritime strategy*», in *Navy International*, Fevereiro de 1987.

³⁵ F. J. West Jr., artigo citado.